

ISSN: 2221-4135



# Revista Andina de Estudios Políticos

<http://www.iepa.org.pe/raep>

Araujo, L. André. (2018). A adesão venezuelana ao Mercosul: as estratégias de política externa e regionalismo sul-americanos. *Revista Andina de Estudios Políticos* 8(1), pp. 85-103.

**Artículo Publicado por:** Instituto de Estudios Políticos Andinos – **IEPA**

[www.iepa.org.pe](http://www.iepa.org.pe)

Todos los Derechos Reservados

El presente producto está licenciado por Creative Commons. El Instituto de Estudios Políticos Andinos se reserva el derecho de publicación de los artículos. Cada uno de los artículos es publicado con los permisos correspondientes de los autores. La Revista Andina de Estudios Políticos es una revista publicada bajo la plataforma OJS que garantiza la distribución del presente artículo de manera libre y gratuita.

## A ADESÃO VENEZUELANA AO MERCOSUL: AS ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA EXTERNA E REGIONALISMO SUL-AMERICANOS

*VENEZUELA'S ADHESION TO MERCOSUR: SOUTH AMERICAN STRATEGIES OF FOREIGN POLICY AND REGIONALISM*

André Leite Araujo  
Universidade de Bolonha  
[andre.leitearaujo2@unibo.it](mailto:andre.leitearaujo2@unibo.it)

*Received:* 18.11.2017 / *Accepted:* 06.06.2018

### Resumo

O presente artigo aborda o ingresso da Venezuela ao Mercosul, observando a conjuntura política do início dos anos 2000, nos níveis nacional, regional e internacional. Através dessa perspectiva busca-se entender o cálculo estratégico elaborado pelo governo do presidente Hugo Chávez para ampliar sua margem de manobra no contexto da América do Sul e atingir seus objetivos de inserção internacional. Portanto, são investigados os processos de desligamento da Comunidade Andina e aproximação ao Mercado Comum do Sul, além do impulso dado à Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América. Essa análise é acompanhada pela leitura dos fenômenos políticos, domésticos e internacionais, que permitiram o desenvolvimento de aspectos específicos do regionalismo sul-americano.

**Palavras-chave:** América do Sul; Mercosul; Regionalismo; Política Externa; Venezuela.

### Abstract

This article addresses the accession of Venezuela to Mercosur, observing the political conjuncture of the early 2000s, in the national, regional and international levels. This perspective seeks to understand the strategic calculation developed by president Hugo Chávez administration to broaden its room for maneuver in the South American context and to reach its goals of international insertion. Thus, the processes of withdrawal of the Andean Community and the approximation to Southern Common Market are analyzed, as well as the impulse towards the Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America. The analysis is accompanied by an interpretation of both domestic and international political phenomena, which allowed for the development of aspects of South American regionalism.

**Keywords:** South America; Mercosur; Regionalism; External Policy; Venezuela

---

**André Leite Araujo:** É doutorando em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Bolonha, Mestre em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É pesquisador do Observatório de Regionalismo. Contato: [andre.leitearaujo2@unibo.it](mailto:andre.leitearaujo2@unibo.it).

## A ADESÃO VENEZUELANA AO MERCOSUL: AS ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA EXTERNA E REGIONALISMO SUL-AMERICANOS

### Introdução<sup>1</sup>

Fundado em 1991, pelo Tratado de Assunção, e com personalidade jurídica estruturada em 1994, pelo Protocolo de Ouro Preto, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) originalmente tinha 4 Estados-parte que formularam o processo desde o início e que constituem o núcleo dessa organização regional. Além disso, passou por um processo de alargamento que o expandiu do Cone Sul para a totalidade da América do Sul. Sendo assim, nota-se que todos os Estados da região ingressaram como associados: Chile (1996), Bolívia (1997), Peru (2003), Colômbia, Equador e Venezuela (2004) e Guiana e Suriname (2015). Representando a diversidade latino-americana nos processos de regionalismos, isso gerou um fenômeno de *overlapping regionalism*, ao consideramos principalmente a Comunidade Andina (CAN) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), mas também a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Por outro lado, a adesão como membros plenos não convergiu todos os sul-americanos, porque o único caso completado foi o da Venezuela, cujo processo de aprovação desenvolveu-se entre 2006 e 2012. Ademais, La Paz está em trâmite de adesão, porém depende da aprovação do parlamento brasileiro, e Quito solicitou o ingresso pleno, mas ainda não foi aceita pelo bloco.

Nesse contexto, o presente trabalho desenvolverá especificamente uma análise sobre o ingresso venezuelano ao bloco, observando as variáveis políticas e econômicas que pautaram o processo decisório dessa estratégia que marcou o relançamento do Mercosul, nos anos 2000. Sendo assim, a pergunta que guia esta investigação reflete acerca das motivações que impulsionaram o governo de Hugo Chávez (filiado ao *Movimiento V República* – MVR até 2007, quando fundou o *Partido Socialista Unido de Venezuela* - PSUV) a aderir ao Mercosul, no marco da redefinição de sua estratégia de inserção internacional. Tem-se como objetivos compreender o interesse venezuelano pela saída da Comunidade Andina e o que significou, para Caracas, a aproximação aos governos mercosulinos. Em outros termos, o ingresso ao Mercado Comum do Sul é lido como um ponto de virada nas relações exteriores venezuelanas, que necessita ser compreendido a fundo, pois é parte das mudanças vivenciadas no país nos anos anteriores e que pauta a política internacional dos anos seguintes, até a contemporaneidade. Mais especificamente, debruça-se sobre a expectativa do governo venezuelano em relação ao Mercosul que, ao não ser

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada na “II Semana de Relações Internacionais UNIFESP – UFABC: O Brasil e a (des)ordem internacional”. Agradeço aos comentários do professor Giorgio Romano.

cumprida, gera outra modificação na política internacional do Palácio de Miraflores. Contudo, este trabalho não se propõe a ser exaustivo acerca de toda a atuação venezuelana no Mercosul, até a contemporaneidade, enfatizando o procedimento de adesão.

Para tanto, utilizando a abordagem qualitativa de Análise de Política Externa, foca-se na análise do modelo de política externa que a Venezuelana seguiu a partir de 1999, com Chávez. Também o histórico recente dos processos de regionalismo – como CAN, Mercosul e ALBA – são abordados para compreender o cenário que possibilitou a adesão de Caracas como Estado-parte, junto a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O outro elemento examinado é o do contexto político nos demais Estados sul-americanos que deu condições para impulsionar esse processo.

### **Saída da Comunidade Andina**

Para aderir ao Mercosul, Caracas saiu da Comunidade Andina (originalmente Pacto Andino, fundado em 1969), formalmente porque ambos os arranjos são uniões aduaneiras e suas tarifas externa e interna seriam incompatíveis para membros plenos, apesar dos acordos comerciais multilaterais entre os blocos que eram negociados desde a década de 1990 que incluíam os membros associados. Entretanto, em uma manobra de política internacional em 2006, a Venezuela decidiu retirar-se da CAN, em uma ação diplomática que demonstrou apoio a um modelo de regionalismo e a um projeto sócio-político-econômico, conforme apresentado abaixo. O principal argumento foi a oposição aos Tratados de Livre Comércio que iriam ser assinados entre Washington, Bogotá e Lima, pois, na perspectiva venezuelana, contradiziam os princípios da CAN.

Paralelamente à decisão de saída da CAN, a Venezuela também se posicionou contra à política econômica que vinha sendo conduzida por Bogotá e Lima, desestruturando a institucionalidade da CAN. Estes aproximavam-se dos Estados Unidos e negociavam os TLCs que eram criticados pelo governo do então presidente Hugo Chávez Frías. Além disso, a medida foi apoiada pela Bolívia, governada por Evo Morales (*Movimiento al Socialismo* - MAS), que também os criticou. Logo, não apenas no plano ideológico, mas também em estratégias de inserção internacional e de atuação doméstica, os membros da CAN se contrapunham e esse foi um fator decisivo na avaliação do governo caraquenho para avançar em outro arranjo regional. Na perspectiva de Arellano (2013, 10), o afastamento em relação a esses modelos de regionalismo era visto como uma eliminação de arranjos que limitavam a ação externa venezuelana, devido aos compromissos comerciais estabelecidos. Cabe ressaltar também que, após um período de dependência em relação aos Estados Unidos e à Colômbia aprofundado sob o Pacto de Punto Fijo<sup>2</sup>, o governo de Chávez buscou diversificar suas relações exteriores, aproximando-se do Brasil

---

<sup>2</sup> Simbolizando o fim da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, foi acordado o Pacto de Punto Fijo, a partir de 1958, entre as elites políticas que assegurou estabilidade e governabilidade para um

(tanto no governo de Fernando Henrique quanto no de Lula, houve a intensificação da interação governamental entre ambos os países, conforme descrito por Lima e Kfuri (2007), inclusive como forma de desenvolver o sul da Venezuela e o Norte brasileiro) e de outros parceiros na América Latina. Dessa maneira, é um complexo processo de relações que se acumulou resultando na saída da CAN, como um símbolo dos conflitos. Neste ponto, deve-se apontar que os interesses que levam os Estados às organizações regionais não são precisamente interesses “nacionais”, mas sim representações dos objetivos de governos ou de elites específicas (Grabendorff 2018).

Convém situar a decisão política junto à dinâmica comercial da Comunidade Andina. Conforme levantamento do bloco (Comunidad Andina 2006), no que se refere às exportações intracomunitárias da Venezuela, houve uma substancial redução em 1999, mas que se recuperava a valores elevados em 2004 e 2005 (3,3% do total de exportações em 2005), antes da decisão de saída. Analisando as importações da CAN para a Venezuela, também se nota variações consideráveis a partir da década de 1990, mas que assumiam um padrão de crescimento no contexto da saída (13,33% do total de importações em 2005). Em geral, as relações eram deficitárias para a Venezuela, mas apresentavam uma tendência positiva de incremento. Além disso, ressalta-se que tinha a vizinha Colômbia como principal parceira comercial andina. Paralelamente, os fluxos comerciais com o restante do sistema internacional seguem padrões semelhantes, mas com valores maiores. Portanto, no tocante aos aspectos comerciais, não havia uma conjuntura disruptiva entre a Venezuela e o arranjo regional andino, mas sim potencial para a ampliação do comércio intracomunitário. Entretanto, segundo Martínez Castillo (2011), a decisão foi tomada sem consulta ao empresariado venezuelano, o que simbolizou um episódio adicional à tensão entre o mandato de Chávez e o setor privado, sobretudo, a Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecâmaras), que havia apoiado o golpe de 2002 – rupturas nas políticas domésticas e internacionais (González Urrutia 2015). Nesse sentido, o trabalho direciona-se para o estudo de variáveis políticas para encontrar explicações para esse movimento regional.

De Oliveira (2013) ressalta que o elevado desempenho econômico nas relações venezuelanas com a Colômbia e os Estados Unidos contrastava com o relacionamento diplomático tenso sob o governo Chávez, principalmente após o golpe. No tocante ao relacionamento com Washington, Oliveira avalia que a política externa venezuelana era reativa às ações dos Estados Unidos para a região, percebendo-a como uma estratégia belicosa, ainda que priorizasse as operações no Oriente Médio. Ainda segundo Oliveira, o fato da Colômbia ter sido projetada como a principal aliada estadunidense na América do Sul - inclusive tendo recebido a instalação de bases militares, o que foi um agravante na segurança regional - foi um elemento

---

sistema antidemocrático e virtualmente bipartidário de alternância no poder, que vigorou até a década de 1990 (Lima e Kfuri 2007).

dificultador na relação bilateral entre Caracas e Bogotá, com desdobramento nos esquemas de integração, como a CAN.

Ademais, no momento escolhido para a saída também ocorriam eleições presidenciais na Colômbia e no Peru, isto é, Malamud (2006) sugere que a medida venezuelana poderia ser um meio de influenciar a política em ambos estes países. O contexto era de crise entre Caracas e Bogotá, sob a presidência de Álvaro Uribe (então do partido *Primero Colombia*), e de trocas de acusações entre ambas as partes. Malamud aponta também que o presidente peruano, Alejandro Toledo (*Perú Posible*), discutia com Chávez a respeito do projeto de acordo entre CAN e União Europeia, colocando as relações extrarregionais acima da interação intrarregional com a Venezuela, país que acirrava tensões com a Europa. Logo, se vê um contexto político mais amplo que afetava as relações com a Venezuela na região dos Andes. Simultaneamente, suas relações com o Cone Sul e o Caribe eram favorecidas, possibilitando ampliar seu arco de ação e planos de relações globais.

Convém que nos detenhamos para destacar que o episódio de saída de Caracas e a ameaça de retirada de La Paz (que também se contrapôs aos TLCs no Tribunal Andino) – somados aos processos vistos no Mercosul, na ALBA, na Unasul e na Aliança do Pacífico – ocasionaram que a Comunidade Andina buscasse se reestruturar para acompanhar tais dinâmicas. Um dos principais pontos é a possibilidade de que um membro da CAN participe em mais de um bloco comercial (*doble membresía*), para evitar a repetição do que houve com a Venezuela e permitir que membros com distintas políticas econômicas sigam dentro da organização, vendo a CAN como compatível com outras dinâmicas internacionais e regionais. Adrianzén (2014) aponta que o ingresso pleno ao Mercosul implicava na renúncia do acordo comercial com os sócios andinos, mas que buscou-se institucionalizar novos mecanismos que permitissem o pertencimento a ambos os esquemas regionais. Concretamente, as solicitações de adesão ao Mercosul por parte da Bolívia e do Equador não implicaram em ruptura com a CAN, devido ao esforço de convergência entre os regionalismos sobrepostos e o risco de desintegração da CAN, conforme seus membros deram prioridade a outras estratégias. Igualmente, a assinatura dos TLCs entre Colômbia, Peru e Estados Unidos foram vistos como exceções às regras originais do sistema andino, na medida em que alterariam as práticas comerciais intracomunitárias.

### **Política externa venezuelana para a região e contexto político sul-americano**

Nos anos 2000, além do caso de Chávez, houve a eleição de uma série de governantes de partidos de esquerda e centro-esquerda que, entre outras determinações, se propuseram a rever, em maior ou menor medida, o modelo de regionalismo da década de 1990, conhecido como “regionalismo aberto” e caracterizado pela promoção de mecanismos econômicos neoliberais. Essa alteração de projeto político de cooperação regional demandou uma nova categoria analítica explicada como “regionalismo pós-liberal”, nos termos de Veiga e Ríos (2007). Para esses autores,

a América do Sul experimentou esse processo de revisão com especificidades em cada país, o que confere uma heterogeneidade ao modelo do regionalismo pós-liberal, mas que possui em comum o contexto internacional, favorável à contestação política à ordem internacional, à revisão da governança global e à pauta econômica de exportação desses países. Como mencionado anteriormente, isso ocorreu numa conjuntura, pós-11 de setembro, na qual os Estados Unidos diminuíram sua presença ostensiva na América Latina, direcionando suas ações prioritárias ao Oriente Médio e à Ásia-Pacífico. Outros sim, esse quadro é pautado pelos fatores da crise dos modelos neoliberais de desenvolvimento da década de 1990, o que está presente nas retóricas políticas da primeira década dos anos 2000. Já de acordo com o apontamento de Saraiva (2010), os processos de regionalismo não apresentam definição conceitual, porém, diferenciam-se dos modelos anteriores, com programas que alteram, em diferentes graus, as relações com os Estados Unidos e com os planos socioeconômicos prévios, assim como as dinâmicas políticas próprias de cada país e das interações com os Estados vizinhos.

Usualmente, apesar da heterogeneidade política, econômica e social entre os governantes, a simultaneidade desses projetos na América do Sul é associada aos seguintes governos: Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015), na Argentina; Evo Morales (2006-2020), na Bolívia; Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), no Brasil; Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018), no Chile; Rafael Correa (2007-2017), no Equador; Fernando Lugo (2008-2012), no Paraguai; Tabaré Vázquez (2005-2010 e 2015-2020) e José Mujica (2005-2015), no Uruguai; e Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-2025), na Venezuela. Deve-se salientar que há divergências políticas, econômicas e sociais nos programas de tais governos, com variações ao longo do tempo, conforme conjunturas internacionais, regionais e nacionais que afetam cada Estado.

De acordo com Laredo et al., (2006, 60), “Independientemente del carácter reformista o revolucionario que pueda tener el movimiento liderado por el presidente Chávez, el bolivarianismo supone una transformación del escenario social y político venezolano”. Dessa maneira, é importante avaliar as estratégias de política externa venezuelana que, na interpretação de Gonzáles Urrutia (2006, 160), pode ser dividida em duas fases do período Chávez, motivadas por variáveis de ordem doméstica (como o golpe de 2002, a paralisação petrolífera entre 2002 e 2003 e a vitória no referendo revogatório de 2004) e pela conjuntura internacional. A primeira fase, marcando a finalização do período *puntofijista*, estaria localizada entre 1999 e 2004, ao passo que a seguinte foi iniciada em 2004.

Segundo Jácome (2007), até 2004, iniciou-se a confrontação entre governo e oposição, dificultando o andamento da governabilidade e ocasionando as crises vivenciadas nesse período. No plano externo, houve uma diversificação de suas relações internacionais, com o incremento da articulação com os países exportadores de petróleo e a aproximação à China, Cuba, Iraque, Irã,

Líbia e Rússia, além da atuação na América do Sul. Contudo, Jácome sinaliza que não houve um afastamento imediato dos países da CAN, pois se buscava uma moderação nas relações entre os sócios, principalmente com a Colômbia. Em paralelo, os Estados Unidos reestruturavam sua política externa para a região e para o mundo, tanto no âmbito comercial, quanto no de segurança, na conjuntura pós-11 de setembro. No âmbito sul-americano, as medidas de defesa e segurança, tanto impulsionadas por Washington quanto por Estados locais, provocaram divisões, na medida em que alguns pontos não possuíam um consenso. Nesse contexto, algumas propostas venezuelanas de integração militar na América do Sul se chocaram frontalmente com as estratégias colocadas tanto por países andinos quanto por mercosulinos. A fundação da Unasul e de seu Conselho de Defesa Sul-Americano representam a acomodação parcial dos diversos posicionamentos em um órgão comum.

Com um projeto político de ruptura às linhas da política externa praticada nas décadas anteriores, a segunda fase envolveu a intensificação da atuação internacional dos planos estabelecidos pelo projeto político da chamada Revolução Bolivariana. Para Gonzáles Urrutia (2006), as mudanças no plano interno permitiram o aprofundamento do processo e o planejamento de uma estratégia mais assertiva, substituindo o modelo anterior. No entanto, segundo o autor, já eram demonstradas linhas de continuidade entre as posições das duas fases, com a aproximação ao Mercosul e o afastamento em relação à CAN ocorrendo nos primeiros anos do governo de Chávez. Essas negociações ocorreram com uma intensa vontade política que conferiram velocidade ao processo, apesar de não acompanhar os prazos dos trabalhos técnicos, conforme apontado por Briceño Ruiz (2009). Esse processo também foi utilizado como crítica à política externa brasileira, conduzida nos governos do PT (Magnoli 2007, 33).

Além disso, as etapas da política externa do governo Chávez demonstram as disputas e as reconfigurações entre os grupos internos que compunham sua base de poder e a predominância da estratégia definida por interesses dos classificados como “setor radical do chavismo” (Saraiva e Briceño Ruiz 2009, 159). Essa corrente ganhou destaque com as eleições na Argentina e no Brasil, em 2003, e com a vitória política doméstica na Venezuela, em 2004. Portanto, a aproximação ao Mercosul foi também uma aproximação a essas lideranças para desenvolver um ponto de apoio na região para seu programa de atuação internacional. Nesse cenário, devem-se destacar as relações entre Caracas e Buenos Aires, tanto com o governo de Néstor Kirchner quanto com o de Cristina Fernández de Kirchner, com estratégias neodesenvolvimentistas nacionalistas. Havia um importante conteúdo estratégico ao aproximar suas economias e suas políticas, como a compra de títulos da dívida argentina pela Venezuela e os projetos conjuntos na área petrolífera, ainda que estes não tenham sido plenamente executados (Arce e Silva 2012, 69–70). Visando liderar a integração energética, tais projetos têm fundamento geopolítico, como mecanismo de cooperação e expansão internacional.

Alicerçada na base material da matriz energética petrolífera – de valor econômico instável –, a política externa venezuelana desenhou uma rede de apoios nos espaços internacionais para atingir seus objetivos. Destaca-se a organização da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América), criada em 2004 e constituída por nove membros, entre eles Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela, com uma institucionalizada rede de cooperação e concertação em vários âmbitos e estimulada por sua dimensão política. Além disso, articulou parcerias com Bielorrússia, China, Irã, Rússia e Síria, entre outros atores que questionavam a ordem internacional estabelecida no pós-Guerra Fria.

Segundo Arellano (2013, 9–11), paralelamente ao afastamento em relação aos membros da CAN, a aproximação ao Mercosul e aos governos de Lula (Partido dos Trabalhadores), Néstor (Frente para la Victoria) e Tabaré (Frente Amplio) é lida como uma estratégia de vantagem política para reduzir o isolamento internacional que a Venezuela sofria, ampliando sua margem de manobra no cenário multilateral e apoiando a construção da América do Sul – e da Venezuela – como um polo alternativo de poder. Algumas das prioridades da política externa venezuelana convergiam com objetivos do Mercosul, como a rejeição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a proposta de desenvolver um arranjo regional sul-americano que foi concretizado na Unasul, por meio da liderança brasileira (Saraiva e Briceño Ruiz 2009, 162). Ademais, pode-se entender que a rejeição da influência dos Estados Unidos sobre os vizinhos andinos foi somada à parceria entre os Estados-partes do Mercosul, sobretudo a Argentina, e Caracas, na oposição à iniciativa estadunidense da ALCA, permitiu uma avaliação positiva da associação formal dos venezuelanos. É representativo desse processo a atuação na Cúpula de Mar del Plata, com a presença dos respectivos Chefes de Estado (Briceño Ruiz 2009, 12).

De fato, ALCA e ALBA aparecem como projetos contrapostos, ao proporem distintos modelos de integração e ao sinalizarem divergentes estratégias geopolíticas para a América Latina. Ao passo que uma era conduzida por Washington, defendendo o livre comércio, a outra baseava-se em mecanismos de cooperação conduzidos centralmente pelos Estados e tinha a relação Caracas-Havana como eixo principal. No entanto, ambos os esquemas sofreram reajustes, diante das limitações conjunturais para implementá-los como foram idealizados. Consequentemente, os citados TLCs estadunidenses com Colômbia e Peru são reflexos da fase pós-ALCA, isto é, são uma nova versão da área de livre comércio (Briceño Ruiz 2006). Isso demonstra uma vinculação entre múltiplas dinâmicas internacionais no continente. Portanto, a ampliação do Mercosul com o ingresso venezuelano é interpretada como resultado da política externa dos Estados Unidos para a região, tanto pela via multilateral (ALCA) quanto pela bilateral (TLCs e conflitos diretos com os membros) (Laredo et al. 2006).

Logo, percebe-se que a oposição de Chávez à ALCA se estendeu às relações bilaterais de Washington com seus aliados na região, nomeadamente Colômbia e Peru. Desse modo,

evidenciou-se uma fratura interna na Comunidade Andina, pois a Venezuela não aceitou negociar um acordo de livre comércio com os Estados Unidos e rompeu com esse bloco regional. Contudo, a saída da CAN não significou a reversão dos tratados com os Estados Unidos, mantendo uma substancial divergência nas políticas econômicas desses Estados, conforme Araujo (2014).

Entretanto, essa conjuntura é marcada também pela disputa de projetos internacionais dentro da região, em um embate entre Brasil e Venezuela sobre a posição de liderança sul-americana e o modelo de regionalismo a ser implementado. Para Gonzáles Urrutia (2015, 5), a competição “se inscrevia como uma jogada política dirigida a recompor o tabuleiro geoestratégico sul-americano”. Um exemplo, entre outros casos, foi a compra de títulos da dívida pública argentina foi interpretada negativamente pelo Brasil, que vê a relação com a Argentina como o eixo central da integração e de sua política internacional. Ademais, no campo energético, Brasília e Caracas também disputavam pela projeção de biocombustíveis e combustíveis fósseis, gerando um conflito de mercado e de política internacional. Santos (2012) adicionalmente aponta que, em contraponto à preponderância brasileira, Chávez impulsionou o eixo estratégico com os Kirchner, visando consolidar-se como liderança e diferenciar-se de Lula, apesar de manter também um relacionamento próximo com este (González Urrutia 2015).

Sendo assim, a política internacional sul-americana nesse período foi pautada pelas iniciativas de como construir relações e acomodar os diferentes interesses para resolver questões latentes. E os regionalismos refletem tais convergências e divergências. Se, por um lado, a ALBA é encarada como um projeto liderado pela Venezuela, por outro lado, o Mercosul é visto como preponderantemente guiado pelo Brasil. Em contrapartida, a Unasul desponta como uma tentativa de equilíbrio entre ambos os poderes regionais, incluindo também atores de notável peso político, como Argentina e Colômbia.

Nesse contexto, as relações entre Washington e Caracas expandidas para o âmbito do Mercosul são objeto de discussão entre a literatura. Conforme discutido abaixo, foi debatido se o alcance da política de oposição aos Estados Unidos incluiria o Mercosul como uma plataforma de projeção contrária à potência do Norte. Todavia, isso confrontaria as agendas para a ação externa do bloco por parte dos demais Estados, como Argentina e Brasil. Assim como a proposta de reforma do Mercosul, abrindo mais espaço para as questões sociais e políticas e menos para o livre-comércio. Nota-se essa linha mais presente em outras instituições regionais, como a ALBA. Sendo assim, no período em que houve um prazo mais longo para a aprovação de seu ingresso e a ausência de condições para ser membro pleno, houve uma alteração de suas preferências de atuação externa, devido ao fato de não existir convergência no modelo econômico de integração proposto pelo governo Chávez aos demais. Esse cenário haveria estimulado a continuidade do projeto da ALBA (Briceño Ruiz 2009, 25).

### **Ingresso da Venezuela no Mercosul**

A inclusão de um novo membro ao bloco sul-americano tem raízes no convite feito pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira) à Venezuela, em um contexto de aproximação entre os dois Estados na década de 1990, mas no qual Caracas não atuava de forma tão presente na América do Sul. Seu ingresso ao Mercosul, como Estado-associado, ocorreu em 2004. Em seguida, o pedido de incorporação foi oficializado em julho de 2006, através do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado pelos 4 Estados-parte e pelo aderente, por meio dos presidentes Néstor Kirchner, Luís Inácio Lula da Silva, Nicanor Duarte Frutos, Tabaré Vázquez e Hugo Chávez.

Quando o governo venezuelano solicitou formalmente a participação plena no Mercosul, essa condição implicou na incorporação ao ordenamento jurídico da Venezuela do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto e do Protocolo de Olivos, entre outras normas que já haviam sido aprovadas nas instâncias do bloco, inclusive os referentes à Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a Tarifa Externa Comum (TEC). Considerando esse acervo normativo preexistente, o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul estabeleceu um prazo de 4 anos para a adequação venezuelana, a partir da entrada em vigência do instrumento, isto é, 2012. Portanto, são um arcabouço técnico e jurídico que acompanham as decisões políticas desse ingresso. Conforme Briceño Ruiz (2010, 92) aponta o discurso político não incluiu as negociações com os setores da estrutura produtiva e não considerou as respostas que estes poderiam dar ao processo de regionalismo. Assim, as dificuldades nas adequações normativa e tarifária, originadas em diversas razões, diminuíram o ritmo do processo.

A estrutura formulada demonstra a flexibilidade para uma implementação gradual das regras, segundo os ritmos negociados pelos seus governos, acompanhados por grupos de interesse estatais e privados. Tal condição é reiterada pelo fato de o Mercosul ser um arranjo intergovernamental e, portanto, necessitar da negociação e da aprovação de cada Estado e de seus órgãos nacionais – como Presidência, Congresso, Ministérios, entre outros. Destarte, as poucas instâncias com elementos de supranacionalidade não possuem poder decisório.

Entre outros, um dos resultados das negociações – operadas entre os cinco (5) Poderes Executivos – foi o da condição da Venezuela tornar-se membro pleno antes de concluir a adequação às questões técnicas apontadas acima. Dessa forma, passou a participar das instâncias tomadoras de decisão enquanto terminava o processo em andamento de enquadramento ao arcabouço do bloco (Rios e Maduro 2007, 43). Esse fato demonstra uma ausência de institucionalidade previamente desenhada para orientar as etapas de adesão de um novo membro e sua adaptação ao Mercosul. Ao tratar-se do primeiro alargamento, não havia precedentes e utilizaram-se as negociações políticas para ajustar aos interesses das partes envolvidas.

Diante desse cenário, de acordo com a pesquisa de Rios e Maduro, a expansão do Mercosul com a incorporação da Venezuela acompanha 4 aspectos relevantes em debate: os ganhos comerciais e econômicos que traria aos demais membros; as regulamentações tarifárias entre os mercados do bloco; as condições da adequação à Tarifa Externa Comum; e sua participação nas negociações externas (Rios e Maduro 2007, 43). É importante acrescentar outro elemento: a vigência da ordem democrática na Venezuela. No Brasil, este tópico foi um dos argumentos comumente utilizado pelos setores de oposição para questionar a condição de Caracas no Mercosul, apoiando-se numa interpretação da Cláusula Democrática (Protocolo de Ushuaia). Por outro lado, os setores aliados ao governo afirmaram tanto que a Venezuela estava dentro dos padrões democráticos, como que a institucionalidade mercosulina serviria para prevenir eventuais excessos por parte do chavismo.

De acordo com Malamud (2006), a aposta venezuelana no Mercosul era por um bloco de dimensões comerciais superiores, sobretudo ao ver as dinâmicas econômicas da Argentina e do Brasil. Também, a Venezuela já se aproximava dos países do Cone Sul no plano da infraestrutura, com a construção de gasodutos, por exemplo. O trabalho de Briceño Ruiz (2010) afirma que as decisões referentes ao regionalismo venezuelano envolviam três objetivos: a resistência ao sistema unipolar; a luta contra o modelo neoliberal; e a difusão do projeto regional bolivariano. Portanto, é um programa de política externa que acompanha as alterações na agenda política doméstica, a partir da ascensão de Chávez. Para o autor, dificultando a concretização da incorporação venezuelana, essas estratégias de inserção internacional seriam divergentes das demais presentes no cenário do Mercosul, que não propunham um rompimento com o modelo neoliberal, apesar de conterem elementos progressistas no seu discurso. Tem-se como exemplo as relações que o Brasil articulava com os Estados Unidos para promover o etanol como combustível, competindo com o petróleo, recurso que é base material da capacidade de projeção venezuelana<sup>3</sup>.

A leitura de indicadores econômicos permite perceber que, em linhas gerais, a Venezuela possui um peso semelhante ao da Argentina, dentro da comparação com economias de menor porte, como a paraguaiá e a uruguaia, e de maior porte, como a brasileira. No entanto, não possui uma matriz nem agrícola nem industrial como a argentina, dependendo fortemente de importações de produtos diversos. Na medida em que o crescimento dos países sul-americanos demandava energia, o potencial energético da Venezuela, apoiado no petróleo, também deve ser destacado como um componente que impulsionou os grupos favoráveis à adesão e alterou seu poder de barganha (Briceño Ruiz 2009, 11). Na conjuntura de aumento dos preços do petróleo, discutiu-se a implementação tanto da Petrosul quanto do projeto Grande Gasoduto do Sul que conectaria o recurso natural da Venezuela até a Argentina, com impactos energéticos, industriais

---

<sup>3</sup> Em 2011, a Venezuela abrigava 91,7% das reservas de petróleo da América do Sul, região que concentra cerca de 20% das reservas mundiais (Sabbatella 2015).

e sociais importantes, estimulando uma integração multidimensional. Assim como a Petrocaribe e Petroandina, seria uma possibilidade de comercializar petróleo a preços mais competitivos. Outro projeto que esteve em pauta, entre a PDVSA (*Petróleos de Venezuela*) e a Petrobras, foi a implantação da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, o que estreitou os laços entre Brasília e Caracas, visando atender o aumento do consumo de energia no Nordeste brasileiro. De igual maneira, a PDVSA – empresa estatal que é um dos pilares da economia venezuelana – realizou acordos com outras petrolíferas dos Estados vizinhos. Esse conjunto de estratégias ficou conhecido sob a alcunha de diplomacia do petróleo (Sabbatella 2015).

De acordo com Gehre (2010), além de ser um Estado profundamente envolvido com os Estados Unidos e definido pela presença do petróleo, por ser um país andino, caribenho e amazônico, a posição geográfica da Venezuela é uma característica estrutural que permitiria a expansão do Mercosul a outras regiões, além do Norte brasileiro, conectando o bloco a outros espaços econômicos já vinculados à Venezuela. Assim, seria uma oportunidade para equilibrar as demandas dessa região frente à preponderância do espaço da Bacia da Prata que foi o eixo condutor do Mercosul, desde a década de 1990. Ademais, o período em que Caracas solicitou o ingresso no bloco foi o do conflito de fronteiras entre Argentina e Uruguai, no caso da indústria de papel Botnia, causando complicações diplomáticas nessa região do território sul-americano. Também, Assunção e Montevideu questionavam as regras do Mercosul em relação a acordos comerciais com terceiros, buscando tratados de livre-comércio fora do grupo.

Por outro lado, as parcerias historicamente construídas pela Venezuela nas regiões andina e caribenha serviam como contrapeso à influência internacional brasileira, o que motivou tensões entre ambos os países. Todavia, ao mesmo tempo em que havia divergências entre Brasília e Caracas, também havia aspectos que aproximavam ambos. Notadamente, a partir da década de 1990, consolidando-se nos anos 2000, o Brasil desponta como um parceiro político e econômico, contribuindo para a diversificação das relações venezuelanas, centradas no intercâmbio com a Colômbia e com os Estados Unidos.

No entanto, apesar das preferências de política externa, o comércio – um entre outros componentes do Mercosul – entre os demais países do bloco com a Venezuela não era tão expressivo, com exceção dos fluxos com o Brasil (Rios e Maduro 2007, 45). Dessa maneira, os grupos de trabalho para a adesão venezuelana dedicaram-se também à definição da compensação de assimetrias entre o novo ator e os demais, no âmbito do Mercosul. Esse cenário gerou possibilidades de atuação conjunta entre os membros frente ao papel preponderante de Brasília. O aspecto de reconhecimento das assimetrias faz parte das demandas domésticas venezuelanas, diante dos potenciais de complementaridade e de competição frente a economias maiores, como a da Argentina e a do Brasil (Briceño Ruiz 2009, 16).

Arellano (2013, 13) apontou que, além das assimetrias, haveria contradições entre as políticas econômicas dos membros do bloco, entre outras estruturas que envolvem direitos e liberdades, individuais e coletivas. Arellano acredita que as políticas externas seriam ideologizadas, radicalizadas e divergentes e gerariam dificuldades tanto dentro do bloco quanto nas negociações externas. Nessa perspectiva, é conferido um grande peso às políticas externas nacionais, e menor aos constrangimentos que as instituições – inclusive intergovernamentais – podem fazer sobre governos específicos. Em outros termos, as preferências venezuelanas poderiam ser adequadas às regras preexistentes no arranjo regional.

Frente a esse cenário, centrando-nos na deliberação sobre a participação venezuelana no Mercosul, dentro dos demais membros do Mercosul haviam setores de oposição que eram críticos ao governo de Chávez e dificultaram a adesão venezuelana (Briceño Ruiz 2006). Por conseguinte, isso alargou o tempo da apreciação legislativa do ingresso, chegando a sete (7) anos até a aprovação completa, pois nos congressos os partidos contrários puderam manifestar sua rejeição e dificultar a entrada da Venezuela no Mercosul. Isso posto, evidenciaram-se conflitos entre a parte venezuelana e os setores de elites internas, sobretudo no Brasil e no Paraguai.

O Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul foi submetido aos respectivos parlamentos para aprovação. Nos casos venezuelano, argentino e uruguaio, a tramitação foi relativamente rápida e com discussões menos polarizadas entre os congressistas, por terem maiorias favoráveis aos seus governos. No entanto, no Brasil e no Paraguai, devido à composição político-partidária de seus órgãos legislativos, a evolução da matéria foi mais demorada e com marcados debates, dificultando sua aprovação. Assim, o Congresso paraguaio, com maioria contrária a esse movimento do regionalismo, não aprovou a adesão da Venezuela até 2012. Neste ano, com o processo de impedimento do presidente Fernando Lugo, o Paraguai foi suspenso do Mercosul e os demais membros consideraram que não era necessária a aprovação de seu Congresso para considerar a adesão de Caracas completa.

De acordo com Briceño Ruiz (2010, 91), a Venezuela tinha o projeto de entrar no Mercosul para alterar seu programa, convergindo às premissas da ALBA. Também Jácome (2007) indicou que o ingresso no Mercosul era uma etapa de uma estratégia mais ampla de fortalecer a liderança venezuelana, com base em seu programa bolivariano de relações internacionais de oposição aos Estados Unidos e com vista a instituir um sistema internacional multipolar – sendo a América do Sul e a Venezuela um dos polos. No entanto, os demais membros propuseram uma outra agenda reformista, com o objetivo de consolidar a América do Sul como um ator no sistema internacional (Briceño Ruiz 2006, 101). Igualmente, a estrutura institucional mercosulina (assim como a da CAN), construída nos anos anteriores, previa outro direcionamento para o bloco, distinto ao que foi elaborado para a ALBA. De fato, havia “uma contradição no discurso presidencial que acabará por afetar a dinâmica desse esquema. Enquanto o presidente critica

duramente o neoliberalismo, o Mercosul é considerado como o organismo mais liberal da região” (Jácome 2007, 83). Desse modo, entende-se que a decisão do governo de Hugo Chávez foi um cálculo político, objetivando aprofundar as relações com a Bacia da Prata e consolidar um eixo de ação latino-americana que se iniciava no Caribe, além de tentar modificar os rumos do Mercosul – o que gerou um choque com os projetos de inserção internacional de outros membros, especialmente do Brasil. Em suma, estima-se que as leituras realizadas pela perspectiva venezuelana não se realizaram, o que ocasionou em uma readequação de sua política externa, frente ao cenário vigente (Saraiva e Briceño Ruiz 2009, 160).

Portanto, segundo Briceño Ruiz (2009, 23), a incerteza sobre as agendas interna e externa do Mercosul poderiam evitar a participação de outros membros, como a Colômbia e o Peru, ambos associados, aproximando-se dos Estados Unidos e de outros esquemas de cooperação regional. Entretanto, também foi possível perceber a presença boliviana e equatoriana que solicitaram o ingresso ao organismo regional. Todos esses elementos apontam “que en los últimos años la idea de la integración en Sudamérica está más presente que nunca antes, no solo en el discurso político de los gobiernos, sino en los planes nacionales de política exteriores” (Montaño Galarza 2017, 529).

### **Ingresso e suspensões**

Apesar da proposta principal do artigo repousar sobre a compreensão da decisão da Venezuela de iniciar a adesão ao Mercosul, convém expandir a análise para dois momentos-chave: o ingresso definitivo em 2012 e a dupla suspensão do bloco.

Conforme Gomes e Winter (2015) discutem, em 2012 o presidente paraguaio Fernando Lugo (*Frente Guazú*) sofreu um golpe, significando um conturbado episódio político e uma inflexão no regionalismo sul-americano. Sendo Assunção suspendida do Mercosul, pois os demais membros consideraram que haviam violado a cláusula democrática do bloco, foi permitido o ingresso pleno de Caracas como Estado-parte do Mercosul. Isso é decorrência do processo legislativo de ratificação da entrada venezuelana. Após a assinatura do Protocolo de Adesão pelos cinco (5) presidentes, em 2006, o ato foi submetido aos respectivos parlamentos para aprovação. No mesmo ano, os congressistas argentinos, uruguaios e venezuelanos aprovaram a incorporação de Caracas. Já o Congresso brasileiro tardou até 2009 para deliberar positivamente. Dessa maneira, a partir de então, a única pendência para a efetivação da Venezuela no bloco era a aprovação pelo parlamento do Paraguai. Até 2012, o texto foi sistematicamente bloqueado pelos legisladores, gerando um contexto político desfavorável para a Venezuela.

Nesse contexto, com a maioria dos governos alinhados com os interesses da Venezuela e contrários ao governo do Paraguai (assumido pelo vice-presidente Federico Franco), a suspensão de Assunção permitiu o ingresso de Caracas, estabelecendo um dos mais importantes

episódios da história do Mercosul. Igualmente, as decisões jurídica e política foram controversas (Lafer 2013), pois questionaram a legitimidade da entrada da Venezuela sem a aprovação paraguaia. Ademais, isso contrapôs modelos heterogêneos de regionalismo e de desenvolvimento, afetando interesses de grupos opositoristas em cada país.

Conforme apontado na seção anterior, a demora em formalizar a adesão no Mercosul alterou o planejamento estratégico de inserção internacional venezuelana. Somada a um contexto internacional em mutação, percebe-se um redirecionamento das prioridades de Caracas nesse período - tópico que convém ser explorado com mais profundidade em pesquisa futura. Apesar do impulso inicial em 2006, como a condição de Estado-parte só se deu em 2012, a Venezuela esteve participante do Mercosul por apenas 4 anos. Isso decorre do fato de ter sido suspensa em dezembro de 2016 e, novamente, em agosto de 2017 (Fleck 2016; Marchao 2017). A primeira ocasião foi sob a justificativa de que Caracas não havia harmonizado seu ordenamento jurídico interno com as regras do Mercosul, conforme previsto no Protocolo de Adesão. Além disso, a segunda suspensão aconteceu após a eleição direta da Assembléia Nacional Constituinte, que foi considerada uma ruptura da ordem democrática pelos outros membros.

Tais decisões a impediram de exercer seus direitos no Mercosul, mas também contribuíram para o isolamento internacional de Caracas, em um contexto adverso para o governo venezuelano. Uma série de alterações políticas e econômicas alteraram a conjuntura para um ambiente distinto ao que foi estudado neste artigo. Em primeiro lugar, deve-se destacar a morte de Hugo Chávez, sucedido por Nicolás Maduro, o que provocou conturbações políticas domésticas para manter a coalizão governista. Também, indubitavelmente, um dos aspectos mais destacados foi a mudança em governos na região, com as eleições de Donald Trump (Estados Unidos), Mauricio Macri (Argentina), Sebastián Piñera (Chile), Horacio Cartes (Paraguai) e Pedro Pablo Kuczynski (Peru), além da alteração presidencial com Michel Temer (Brasil). Isso posto, o governo de Maduro perdeu apoios na região - afetando negativamente seu relacionamento externo e o andamento econômico nacional - que se tornaram rivais, dentro da lógica do sistema internacional. Simultaneamente, o país vem sofrendo uma crise econômica, motivada por fatores internos e externos, incluindo a oposição do empresariado privado e a diminuição do preço do petróleo.

Portanto, em linhas gerais, nesta seção, se vê a substancial modificação em variáveis domésticas e internacionais, em um curto período de tempo, que alterou a condição da Venezuela na conjuntura global e, igualmente, no Mercosul. Dessa maneira, o contexto de decisão por adesão ao Mercosul deve ser compreendido precisamente para se verificar como ocorreu o cenário de crise posterior, que mudou o papel da Venezuela nas relações com seus pares no bloco sul-americano.

### Considerações finais

Frente ao exposto, foi possível contextualizar a decisão da adesão venezuelana ao Mercosul como Estado-parte, formalizada em 2006 através do Protocolo de Caracas. Para tanto, buscou-se compreender os processos sistêmicos que compuseram o período, como as dinâmicas da ordem internacional, a atuação estadunidense, os preços de exportação de *commodities* no mercado mundial, as eleições de governantes na América do Sul, a simultaneidade de projetos de regionalismo, os acontecimentos domésticos na Venezuela e as decisões de política externa em Caracas e em outros governos da região.

Portanto, o ingresso no Mercosul deve ser compreendido junto a sua retirada da CAN, o redesenho de sua política internacional conforme os acontecimentos na região e ao relacionamento com os membros da CAN, do Mercosul e também da ALBA – principalmente com atores-chave, como Argentina, Brasil e Colômbia. Nesse sentido, as dinâmicas que ocasionaram a opção venezuelana pela entrada ao Mercosul podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

*“(...) el tratamiento bilateral ha jugado un papel fundamental como potenciador o limitante de la participación de Venezuela en los esquemas de integración regional. En la CAN fue determinante la relación Venezuela-Colombia, con Mercosur lo ha sido aquella entre Venezuela y Brasil y con el ALBA la relación Venezuela-Cuba” (Martínez Castillo 2011, 113).*

Dessa maneira, nesse contexto, a política externa venezuelana, a partir de 2004, intensificou as relações com o Mercosul e com os governos da Argentina e do Brasil, seguidos pelos do Uruguai e do Paraguai. Com esse movimento, as decisões tomadas por Chávez afastaram-se politicamente da CAN, da Colômbia, do Peru e dos Estados Unidos, projetando uma revisão da ordem internacional e salientando as potencialidades da integração sul-americana. Conforme salientado, tais medidas não são exclusivamente políticas nem econômicas, mas mesclam uma série de complexos fatores, que envolvem adicionalmente uma ampla gama de atores nacionais e internacionais, estatais e não-estatais. Ademais, envolvem também expectativas e cálculos em relação a possíveis desdobramentos e resultados no plano internacional. Sobretudo, no entender desta análise, a perspectiva do governo venezuelano em relação ao que poderia ser sua participação no Mercosul não parece ter sido realizada, o que gerou, conseqüentemente, novas dinâmicas. Sendo assim, as dificuldades políticas em efetivar o ingresso de Caracas, o enquadramento no acervo normativo prévio e as divergências de projetos de ação externa com outros membros levaram à revisão da estratégia para o Mercosul e o incentivo a outros arranjos regionais, como a ALBA e a Unasul.

Em síntese, a análise feita considera que o governo da Venezuela fez diferentes leituras conforme os distintos cenários que acompanharam o processo de inclusão no Mercosul. Tais contextos foram afetados pela multiplicidade de atores e por variáveis de diversas ordens, conforme apontado no presente artigo, nos níveis nacional, regional e internacional. Posteriormente, segundo o que foi discutido na última seção, o redesenho da política na América do Sul ocasionou em um maior isolamento da Venezuela, inclusive com divergências e conflitos dentro do Mercosul, que deixou de ser um ponto de apoio da política externa venezuelana, passando a ser um palco de tensões contra o governo Maduro, por um lado, e os demais como Temer e Macri, por outro.

### Referências bibliográficas

- Adrianzén M., Alberto, org. 2014. *Convergencia CAN-MERCOSUR: la hora de las definiciones*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Corporación Editora Nacional.
- Araujo, Flavia Loss de. 2014. “Agendas de Política Externa para a Comunidade Andina de Nações: os casos de Bolívia e Colômbia”. Mestrado em Integração da América Latina, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Arce, Anatólio Medeiros, e Marcos Antonio da Silva. 2012. “Venezuela e Mercosul: uma inserção via Brasil?” *Revista Conjuntura Austral* 3 (12): 61–85. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.26393>.
- Arellano, Félix Gerardo. 2013. “La entrada de Venezuela al Mercado Común del Sur (MERCOSUR): Implicaciones políticas y económicas”. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales.
- Briceno Ruiz, José. 2006. “El MERCOSUR y el ALBA en la estrategia de integración de Venezuela”. *Cuadernos Latinoamericanos* 17 (30): 97–119.
- . 2009. “El Ingreso de Venezuela Miembro Pleno del MERCOSUR: Las miradas de un proceso complejo”. *Revista Aportes para la Integración Latinoamericana* 16 (20): 1–30.
- . 2010. “O Mercosul na política de integração de Venezuela”. *Civitas* 10 (1): 77–96.
- Comunidad Andina. 2006. “37 años de integración comercial”. Documento Estadístico SG/de 144. 6.33.63. Comunidad Andina, Secretaria General.
- De Oliveira, Renata. 2013. “Venezuela, Estados Unidos e Colômbia: Entre crises diplomáticas e uma forte interdependência econômica”. *Revista Andina de Estudios Políticos* 3 (1): 17–32.
- Fleck, Isabel. 2016. “Países do Mercosul oficializam suspensão da Venezuela do bloco”. *Folha de S. Paulo*, 2016, seç. Mundo. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/12/1837650-paises-do-merc-sul-assinam-suspensao-da-venezuela-do-bloco.shtml>.
- Gehre, Thiago. 2010. “O significado da parceria Brasil-Venezuela”. *Carta Internacional* 5 (2): 26–36.
- Gomes, Eduardo Biacchi, e Luís Alexandre Carta Winter. 2015. “Caminhos para a estabilidade democrática no Mercosul: a questão da Venezuela”. *Revista Direito e Liberdade* 17 (1): 69–90.
- González Urrutia, Edmundo. 2006. “Las dos etapas de la política exterior de Chávez”. *Nueva Sociedad* 205: 159–71.
- . 2015. “As relações entre Brasil e Venezuela: do vizinho ausente à parceria estratégica”. Fundação Konrad Adenauer.
- Grabendorff, Wolf. 2018. “Regionalism in Latin America: A concept with an inbuilt expiration date?” In *7th Doctoral School on Latin American, European and Comparative Regionalism*. Quito: United Nations University.
- Jácome, Francine. 2007. “Segurança e integração ‘bolivariana’ no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006)”. *Cadernos Adenauer* 8 (1): 63–93.

- Lafer, Celso. 2013. “Descaminhos do Mercosul – a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira”. *Política Externa* 21 (3): 19–27.
- Laredo, Iris, Gloria Cignacco, Corina Díaz, e Juan Pablo Angelone. 2006. “Perspectivas del MERCOSUR ante la incorporación de Venezuela”. *Revista Aportes para la Integración Latinoamerica* 12 (14): 55–71.
- Lima, Maria Regina Soares de, e Regina Kfruri. 2007. “Política Externa da Venezuela e Relações com o Brasil”. *Papéis Legislativos* 6 (Outubro).
- Magnoli, Demétrio. 2007. “Mercosul + 1: o Chavismo contra o Mercosul”. *Cadernos Adenauer* 8 (1): 33–39.
- Malamud, Carlos. 2006. “La salida venezolana de la Comunidad Andina de Naciones y sus repercusiones sobre la integración regional”. Documento de Trabajo N° 28. América Latina. Madrid: Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos.
- Marchao, Talita. 2017. “Mercosul impõe nova suspensão à Venezuela”. UOL. 2017. <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/08/05/reuniao-da-cupula-do-mercossul-decide-pela-suspensao-politica-da-venezuela.htm>.
- Martínez Castillo, Alberto. 2011. “Venezuela: política e integración regional”. *Cuadernos del CENDES* 28 (78): 95–114. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2485598>.
- Montaño Galarza, César. 2017. “Elementos fundamentales de la Comunidad Andina en el siglo XXI.” In *Integraciones Jurídicas Americanas: Teoría, Historia, Instituciones y Derecho*, organizado por Juan Pablo Pampillo Baliño e Arturo Oswaldo Damián Martín, 513–32. Ciudad de México: Editorial Porrúa.
- Rios, Sandra, e Lucia Maduro. 2007. “A adesão da Venezuela ao Mercosul”. *Cadernos Adenauer* 8 (1): 41–61.
- Sabbatella, Ignacio. 2015. “Integración petrolera y gasífera en Sudamérica: buenas intenciones, pocos avances”. In *Del no al Alca a Unasur: Diez años después de Mar del Plata*, organizado por Juan Manuel Karg e Agustín Lewit, 165–77. Buenos Aires: Ediciones del CCC – Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini.
- Santos, Raquel Paz dos. 2012. “Venezuela: as novas perspectivas para o Mercosul no contexto das relações argentino-brasileiras”. In *VI Congreso de Relaciones Internacionales*. Argentina: Instituto de Relaciones Internacionales.
- Saraiva, Miriam Gomes. 2010. “Integração regional na América do Sul: processo em aberto”. *Análise de Conjuntura* 7.
- Saraiva, Miriam Gomes, e José Briceño Ruiz. 2009. “Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul”. *Revista Brasileira de Política Internacional* 52 (1): 149–66. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292009000100008>.
- Veiga, Pedro da Motta, e Sandra P. Ríos. 2007. “O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas”. 82. Comercio Internacional. Santiago de Chile: CEPAL.